

Informes Locais da Assembleia Docente da APES do dia 23 de julho de 2020

16/03 Suspensão das Atividades Presenciais na Sede da APES

Diretoria da APES suspendeu atividades presenciais na sede da APES como medida de prevenção em relação à pandemia do COVID-19.

Fale Conosco

(32)99160-9007

(32) 99109-2284

Secretaria: denise@apesjf.org.br

Tesouraria: ronaldo@apesjf.org.br -32991605284

Plano de Saúde: beth@apesjf.org.br Jornalismo: apesjf@gmail.com

Assessoria Jurídica: leocastroadv@hotmail.com, Telefones: (32) 3216-7890 e (32) 99931-6924

Para receber mensagens pela lista de transmissão da APES, envie mensagem de whatsapp para (32)991586940, com nome completo, instituição, unidade e a palavra “aceito”

16/03 Nota de Esclarecimento da Diretoria da APES

A Diretoria da APES participou da última reunião do “Comitê de monitoramento e orientação de conduta da UFJF sobre o COVID-19 (coronavírus)”, ocorrida no dia 15/03, na condição de observadora.

Portanto, as deliberações e notas do Comitê não representam o posicionamento da nossa entidade e nem da sua Diretoria.

Atuando na defesa dos docentes e das docentes, da comunidade acadêmica e da comunidade de Juiz de Fora e região, a Diretoria da APES manifesta-se favorável a suspensão imediata das atividades da UFJF e do IF Sudeste MG, solicitando às respectivas administrações a não postergarem ainda mais tal decisão.

16/03 APES solicita a dirigentes da UFJF e do IF Sudeste MG a suspensão das atividades

A Diretoria da APES enviou na manhã de hoje, 16 de março, ofícios aos reitores da UFJF e do IF Sudeste e aos diretores dos campi Barbacena, Muriaé, Rio Pomba, Santos Dumont, São João Del Rei e Juiz de Fora do IF Sudeste MG, solicitando a suspensão das atividades nessas instituições de ensino. A solicitação é motivada pela gravidade do momento e das ações necessárias para o retraimento da transmissão do vírus COVID-19.

16/03 APES se posiciona contrária a Política de Inovação da UFJF

Como encaminhado pela Assembleia Docente, a APES apresentou à reitoria da UFJF o posicionamento da categoria sobre a proposta de regulamentação da política de inovação da universidade.

Em seu posicionamento, a APES destaca, entre outros pontos, que o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (MLCTI) de 2016 aprofunda a transferência de recursos públicos para entes privados, introduz de forma indevida a missão de inovação tecnológica para as Instituições de Ensino Superior Públicas, permite o uso da infraestrutura pública para fins privados e aprofunda a flexibilização do regime de Dedicção Exclusiva.

Quanto a implementação do marco na UFJF, a APES criticou o estímulo a “cultura do empreendedorismo”, o aprofundamento da privatização da instituição e o contexto desfavorável no qual a proposição se apresenta – uma conjuntura de crise econômica, ataques ao serviço público e de apresentação do programa Future-se, que poderá destruir a universidade e a pesquisa públicas brasileiras.

17/03-18/03 Reunião Extraordinária do CONSU da UFJF

Reunião que estabeleceu as medidas administrativas acerca da pandemia COVID-19.

18/03 Nota Contra o Uso de EaD Como Forma de Reposição de Aulas no IF Sudeste MG

As atividades nos dez campi do Instituto Federal foram suspensas em reunião no último dia 16 de março, tendo validade a partir do dia 17 de março. Entendendo a importância de uma educação pública de qualidade, APES e Sintufejuf se manifestam sobre o possível uso de EaD para reposição das aulas.

18/03 APES convoca categoria a participar do Barulhão por todo o Brasil Marca Manifestações do 18M

Mesmo com o cancelamento das manifestações de rua com o objetivo de evitar aglomerações por conta do COVID-19, as entidades nacionais e locais convocaram a população para mobilização nas redes sociais e para um Barulhão na Greve Nacional pela educação pública, pela revogação da EC-95, pelo Sistema Único de Saúde, por empregos e direitos, serviços públicos e democracia.

Por todo o Brasil foram ouvidos apitos, tambores, músicas de resistência e gritos de “fora Bolsonaro” e “ele não” ilustrado, em algumas localidades, por projeções nas paredes de prédios.

A APES, em assembleia no dia 12 de março aprovou adesão à greve nacional para o 18M e convocou suas bases para mobilização virtual na data e para participação no Barulhão às 20:30.

02/04 APES vence ação na justiça sobre adicional noturno

A APES venceu, na Justiça, uma ação contra a UFJF que reivindicava o restabelecimento de adicional noturno, devido a professores e professoras em regime de Dedicação Exclusiva. O Juiz, além de julgar corretos os pedidos iniciais da ação, deferiu liminar determinando à UFJF que restabeleça o direito num prazo máximo de 30 dias.

Segundo a Assessoria Jurídica do Sindicato, ainda cabe recurso à universidade que deverá ser analisado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Ao final do processo, caso a APES mantenha a vitória, os valores pagos aos docentes terão de ser realizados de maneira retroativa a abril de 2018.

03/04 APES na luta contra o confisco salarial dos servidores públicos

A Diretoria da APES publicou hoje, 3 de abril, uma Nota de Repúdio ao Confisco Salarial dos Servidores Públicos através das Emendas do Partido Novo a PEC 10/2020. A PEC poderá ser votada ainda hoje na Câmara. Confira a nota:

Repúdio ao Confisco Salarial dos Servidores Públicos através das Emendas do Partido Novo a PEC 10/2020.

A Apes repudia veementemente a proposta de confisco salarial dos trabalhadores e trabalhadoras dos serviços públicos federais, estaduais e municipais, que está tramitando na Câmara dos Deputados, como Emendas a PEC 10/2020 apresentadas pelo Partido Novo.

As referidas emendas preveem um confisco de até 50% dos salários de servidores e servidoras. No meio de uma pandemia mundial, em que o Estado deveria trabalhar para garantir a saúde, empregos e os salários da população e o setor público tem respondido na linha de frente, oferecendo serviços essenciais e mantendo o funcionamento do estado, temos sofrido constantes ataques e ameaças.

Essa crise demonstra que o Estado é quem pode arcar com a solução das reais necessidades da sociedade e também realizar as ações necessárias para tal através de seu corpo de funcionários públicos.

A APES, em articulação com demais sindicatos do setor público, enviará comunicação aos Deputados Federais da região expressando o seu repúdio e solicitando apoio dos mesmos aos servidores públicos e o respeito a população. Não podemos aceitar esses ataques e mais um confisco salarial.

06/04 Reunião Virtual do Conselho de Representantes da APES

No dia 06 de abril ocorreu a primeira reunião virtual do CR da APES. Em decisão de diretoria, a reunião foi convocada para que pudéssemos nesse período de isolamento durante a pandemia, na impossibilidade de realização de assembleias, manter em funcionamento as instâncias democráticas do sindicato. Em resumo, deliberou-se por manter a divulgação das ações das IES sobre a pandemia, entrevistas com temas que envolvem a pandemia e a denuncia das ações do governo frente as instituições neste momento.

06/04 Marcus David é nomeado reitor da UFJF por mais quatro anos

O [Diário Oficial](#) publicou hoje, 6 de abril, a nomeação de Marcus Vinícius David para reitor da UFJF. O nome de Marcus David encabeçou a lista tríplice do Conselho Superior enviada ao Governo Federal, que aguardou até o último momento para a nomeação. A gestão anterior se encerrou ontem, 5 de abril.

Com a vice-reitora Girlene Silva, Marcus David formou a Chapa 1, Unidos pela UFJF, que também foi escolhida pela maioria da comunidade acadêmica em [consulta pública](#) realizada pelas entidades APES, Sintufeju e DCE em outubro do ano passado.

16/04 Diretoria da APES lança carta aos aposentados

No dia 9 de abril a diretoria da APES lançou uma carta direcionada aos aposentados sindicalizados. No documento foi muito salientado o papel de valores como solidariedade e compromisso com a ciência e tecnologia, muito necessários nesse período, quando passamos pela pandemia do coronavírus. Para além disso, a diretoria reforçou o compromisso com a luta da categoria na defesa dos direitos e da Universidade Pública, mesmo que agora por meios virtuais durante o período do isolamento.

A diretoria chama atenção, principalmente, aos ataques diretos que sofreram recentemente os aposentados com o confisco de salários por meio do aumento da alíquota previdenciária, reforçando a importância da luta da categoria e, em especial aos aposentados, parte fundamental da construção do sindicato.

A carta termina reforçando a suspensão das atividades presenciais na sede, mas colocando a possibilidade do atendimento remoto através dos [contatos](#) de cada setor.

Confira o documento na íntegra [aqui](#).

17/04 Reunião do Fórum Intersindical (IF Sudeste MG)

O Fórum Intersindical se reuniu e se posicionou com relação ao portaria 237, que regulamenta o trabalho remoto na instituição. Por conta de alguns elementos contidos no documento, solicitou reunião com o reitor para tratar do assunto. A APES se posicionou levando em consideração também a análise jurídica de nossa assessoria.

22/04 APES se reúne com Direção do IF Sudeste MG para discutir trabalho à distância

A direção da APES, acompanhada de sua assessoria Jurídica, esteve reunida virtualmente com a Direção do IF Sudeste MG na tarde desta quarta feira. Em pauta, a questão do trabalho à distância dentro do Instituto.

27/04 Campanha tem distribuído alimentos e kits de higiene e segue recebendo doações

Em tempos de pandemia a solidariedade se torna a palavra da vez. O Instituto de Educação e Cidadania, Sintufejuf e 8M Juiz de Fora se uniram na campanha “Fique em casa, seja solidária(o), que teve início em 20 de abril. Com foco no auxílio às mulheres, a campanha tem por objetivo dar suporte àquelas em situação de rua, repassado informações, entregando materiais de higiene, além de entrega de cestas básicas para moradoras do bairro Parque das Águas em Juiz de Fora. Até agora o grupo já distribuiu 37 kits de higiene e 42 cestas básicas.

A APES tem divulgado e contribuído.

29/04 APES inaugura série de artigos sobre Pandemia e Política

Com a publicação de uma série de artigos de docentes de instituições federais de ensino, a APES inaugura mais um canal de informação e debate dentro da temática “Pandemia e Política”. Os artigos, que serão publicados em nosso site, são frutos de pesquisas e discussões que estão sendo desenvolvidas nas diversas áreas de conhecimento, na tentativa de contribuir para o enfrentamento da pandemia do Coronavírus e suas consequências, seja no campo da saúde, da educação, do trabalho, da economia, da política, da cultura, enfim, da vida de todos e todas em suas diversas esferas.

A publicação dos artigos faz parte da estratégia considerada necessária, urgente e possível pela APES, enquanto seção sindical do ANDES, neste momento: manter-se atuante e presente na luta em defesa da vida e dos trabalhadores e trabalhadoras; permanecer fortalecida nos espaços de representação para garantir a defesa dos direitos da categoria docente; permanecer atuando junto com outras entidades e movimentos na defesa dos serviços e servidores e servidoras públicos; ampliar os canais de informação e comunicação com nossa base.

Acesse aqui a primeira publicação , [Apontamentos sobre a minuta de parecer do CNE sobre calendário escolar e atividades pedagógicas não presenciais no contexto da pandemia de covid-19](#), de André Martins e Leonardo D. Pina.

04/05 APES entra com ação para combater novas alíquotas da previdência

A Apes entrou, esta semana, com uma ação na justiça que visa questionar todo o modelo contributivo instituído pela Emenda Constitucional 103/2019, que implementou a Nova Previdência, em novembro de 2019, que aumentou a contribuição previdenciária dos trabalhadores, mudou nas regras de concessão de benefícios, entre [outras alterações](#).

O objetivo é questionar o sistema de alíquotas progressivas e pedir a retomada da alíquota de 11% que era adotada até então, combatendo a possibilidade de aumentar a base contributiva dos aposentados e da instituição da contribuição extraordinária, no caso da constatação de déficit previdenciário. Sendo estes os três elementos centrais: ataque à alíquota progressiva e ataque às medidas criadas pelo governo para um combate a um suposto déficit, que é a ampliação da base contributiva de aposentados e pensionistas e a possibilidade de instituição de uma contribuição extraordinária.

04/05 Reunião Virtual do Conselho de Representantes da APES

Nesta segunda reunião virtual do CR da APES foram discutidos os seguintes assuntos: a aprovação do PL39 no Senado Federal, destacando as implicações para os servidores públicos de todas as esferas, incluindo o congelamento de salários até fim de 2021, a suspensão de qualquer despesa de pessoal retroativa a 180 dias e até 2021, a realização

de concurso público só para reposição de vaga existente, vinculando qualquer despesa limitada ao índice inflacionário; a

Portaria 17 na SETEC-MEC que regula a carga horária dos docentes no IF Sudeste MG que altera a carga horária mínima de aula de 16 para algo em torno de 20 horas aula.

05/05 IF Sudeste MG realiza campanha solidária de apoio a famílias vulneráveis

As dez Unidades que compõem o IF Sudeste MG estão engajadas na campanha solidária Educação e Cidadania, que busca a arrecadação de fundos para a compra de cestas básicas e kits de higiene a serem destinados à população em vulnerabilidade social. A campanha, que teve início no dia 29 de abril, pretende amenizar o sofrimento da população necessitada, tanto pela distribuição de alimentos e insumos, como pela orientação educacional para a prevenção e o combate ao Coronavírus. O objetivo inicial é atender 400 famílias.

Campus Juiz de Fora

Em Juiz de Fora, o Comitê Local que organiza a campanha é coordenado pelos professores Luís Eduardo de Oliveira e Miguel Fabiano de Faria. É integrado por 18 servidores, entre Professores e Técnicos Administrativos em Educação lotados no Campus JF e na Reitoria.

Funcionários Terceirizados

A ação em Juiz de Fora dará prioridade em ajudar funcionários terceirizados de menor renda mensal e que atuam no Campus JF e na Reitoria, que perderam o benefício do vale alimentação durante a quarentena, bem como famílias atendidas e/ou cadastradas por associações filantrópicas de Juiz de Fora, que passarão por um processo de seleção. “Nesses dias em que o cuidado com as nossas vidas se impõe a solidariedade emerge como ação para minimizar os impactos daqueles que sofrem mais. A demora em liberar recursos aos mais vulneráveis e a burocratização dos mecanismos utilizados pelo governo Bolsonaro além da retirada de direitos de terceirizados só realçam a importância da ação dos companheiros do IF, em arrecadar recursos para distribuir aqueles que mais necessitam”, afirma Marina Barbosa, da direção da APES.

Cronograma de ação

Até o dia 12 de maio, a coordenação da campanha pretende fazer a arrecadação de contribuições financeiras por meio da conta bancária administrada gratuitamente pela FADEPE, exclusiva para essa campanha.

Entre 13 a 14 de maio, o objetivo é a compra das cestas básicas. De 14 a 16 de maio, a campanha pretende fazer a entrega das cestas básicas adquiridas e dos kits de higiene, que seguirão também com máscaras e panfleto informativo sobre o coronavírus produzido pelo Comitê de Acompanhamento e Avaliação da COVID-19 do IF Sudeste MG. A prestação de contas dessa primeira ação deve se dar no dia 18 de maio, quando deve-se lançar a segunda etapa de distribuição de cestas correspondente à segunda quinzena de maio e englobando novas famílias.

A APES tem divulgado e contribuído.

05/05 APES divulga nota sobre suspensão de benefícios de servidores em meio à crise do Covid 19

No dia 25 de março do corrente ano, o Ministério da Economia editou a Instrução Normativa nº 28 (IN nº 28) para determinar a suspensão de benefícios aos servidores públicos que se encontram em isolamento social em decorrência da pandemia de COVID-19.

Compreendendo que esse instrumento significa um ataque aos direitos funcionais constituídos e que não há fundamento legal para efetivação de tal medida, no dia 9 de abril, o ANDES-SN a FASUBRA e o SINASEFE, por meio de ofício, questionaram a pertinência da IN nº 28, requerendo, ao Ministério, a revogação da referida norma. Também no dia 9 de abril, as entidades encaminharam ofício ao MEC, solicitando medidas cabíveis à inaplicabilidade do instrumento. Na mesma data, o ANDES-SN encaminhou ofício para a ANDIFES, solicitando que os reitores não aplicassem a IN nº 28 nas universidades federais.

Na UFJF, a administração determinou que as Unidades de Ensino enviem a sistematização das atividades desenvolvidas no período da pandemia até dia 08 de maio. Essa ação não foi sequer informada no Comitê Administrativo. Espaço onde a Apes participa apresentando proposições que possam garantir direitos e melhores condições para enfrentar a pandemia.

Diante das negativas, a APES e as demais seções sindicais do ANDES-SN estão encaminhando uma Ação Civil Pública com pedido de tutela de urgência para barrar a aplicação da Instrução Normativa nº 28. Compreendemos que a normativa em questão, mais do que uma medida administrativa relacionada à organização da folha de pagamento, compõe o arsenal político de ataque governamental aos servidores públicos, reforçando as ameaças de cortes salariais já veiculadas pelo governo e por agentes que compactuam com o desmonte das instituições pública por meio da agressiva política de privatizações.

06/05 APES e Sintufejuf publicam nota conjunta

Entidades publicaram uma nota conjunta informando sobre as ações administrativas e jurídicas empreendidas pelos dois sindicatos na defesa de suas categorias diante das ameaças de cortes de benefícios de servidores durante a pandemia. Na tarde de terça-feira, a Apes também publicou um nota, que pode ser lida neste [LINK](#).

07/05 APES chama categoria a participar da Marcha Virtual pela Ciência no Brasil

Mesmo longe das ruas pelas medidas de distanciamento físico adotadas em virtude da pandemia da Covid-19, as entidades de Ciência, Tecnologia e Informação do Brasil irão participar nessa quinta-feira (7) de uma manifestação para reforçar que o conhecimento científico é a melhor ferramenta para vencer a grave crise sanitária pela qual passamos nesse momento.

A Marcha Virtual pela Ciência no Brasil é a forma encontrada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e por mais de uma centena de universidades, instituições de pesquisas e entidades científicas para ressaltar a importância da Ciência e da Tecnologia no enfrentamento da pandemia de covid-19 e de suas implicações sociais, econômicas e para a saúde das pessoas

07/05 APES, Sintufejuf e Sinasefe divulgam nota solicitando, à Reitoria do IF Sudeste MG, ampliação do debate sobre implantação do trabalho remoto

Em nota, as entidades solicitaram que a portaria 237 de março de 2020 fosse apreciada pelo conselho superior da instituição, de forma a garantir a legalidade da mesma e a democracia interna da instituição.

12/05 APES entra com ação jurídica contra IN28

A APES ajuizou hoje, dia 12 de maio, uma ação civil pública para barrar a aplicação da Instrução Normativa número 28 no âmbito da UFJF. Segundo o assessor jurídico da APES, Leonardo de Castro, a ação busca “garantir o pagamento das vantagens aos servidores, bem como a possibilidade de modificação do período de férias ou reversão da jornada reduzida, que são exatamente as providências que a IN 28 tenta obstar.”

13/05 Entidades pedem manifestação da UFJF pelo adiamento do ENEM

ADIA ENEM: Sintufejuf e Apes, assinam em conjunto com o DCE, carta das Entidades Estudantis ao reitor Marcus David pedindo uma manifestação da UFJF pelo adiamento do ENEM

O SINTUFEJUF e a APES assinaram em conjunto com o DCE uma carta das entidades estudantis solicitando que a UFJF se manifeste pelo adiamento do ENEM. O documento foi entregue hoje, 13 de maio ao reitor Marcus David. As entidades acreditam na importância do posicionamento da instituição contra a manutenção do calendário.

20/05 APES assina manifesto em defesa da vida e contra a flexibilização do isolamento em Governador Valadares

A APES assinou um Manifesto Popular contra a flexibilização do funcionamento do comércio em Governador Valadares, em conjunto com diversas entidades e em consonância com as recomendações do Ministério Público.

Com o decreto municipal N°11.143 assinado pelo prefeito André Luiz Coelho Merlo (PSDB) no dia 17 de maio, a prefeitura autoriza funcionamento de diversos setores do comércio e de prestação de serviços não essenciais, como shopping centers, apesar da situação grave de pandemia na cidade .

Governador Valadares concentra o maior número de casos confirmados e mortes por Covid-19 na região do Vale do Rio Doce. Segundo informações do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), do Ministério Público Federal (MPF) e do Ministério Público do Trabalho (MPT), o município possui apenas 18 leitos de UTI exclusivos para pacientes de coronavírus, além de outros 68 leitos de UTI para uso geral, que podem ser usados para atender 51 municípios da região – que somam mais de 700 mil habitantes.

O manifesto dirigido ao Prefeito Municipal, ao Comitê Macrorregional Leste – COVID-19 e ao Sistema de Comando de Operações – SCO, enfatiza que “as graves divergências de medidas de intervenção que partem do Governo Federal têm gerado desinformação, insegurança e desrespeito às orientações técnicas consideradas como consenso pelos profissionais da saúde em todo o mundo. (...) O nosso Sistema Único de Saúde – SUS – tem enfrentado histórico subfinanciamento, cortes financeiros de custeio, desinvestimento e desprestígio de grande parte de nossos governantes. Com isso, sofremos as consequências dessa negligência histórica e da política sistemática de desmonte dos serviços públicos. Tais consequências atingem principalmente a classe trabalhadora e os mais vulneráveis, num país com história de enorme desigualdade econômica e social.”

O manifesto contra a flexibilização do isolamento social em Governador Valadares pode ser assinado no link: <http://chng.it/tcdyR4GzGQ>.

21/05 - Primeira reunião on line do Consu do IF Sudeste MG.

Representantes do Fórum Intersindical se manifestaram sobre a portaria 237, sobre a necessidade de discussão da mesma no conselho superior.

22/05 APES expressa preocupação com realização de pesquisa na UFJF

Nesta quarta feira, APES, DCE e Sintufejuf responderam ao convite da Administração Superior da UFJF e participaram de uma reunião on line, em que a reitoria informou a realização de uma pesquisa, com questionário a ser submetido a toda a comunidade

acadêmica para avaliar as condições socioeconômicas, incluindo grau de inclusão digital. O objetivo seria o planejamento da instituição, na avaliação de que a crise deve se estender ao longo do ano. A APES deixou clara a preocupação do sindicato com a realização da pesquisa nesse momento, indicando que seus objetivos deveriam estar muito claros, além da possibilidade de que seu conteúdo pudesse gerar expectativas e disponibilizar instrumentos para implementação dos ataques previstos pelo Governo Federal. A proposta da APES foi de que tal ação deveria ser precedida de ampla discussão na comunidade acadêmica.

A APES defendeu que o primeiro passo a ser dado pela instituição, no momento, seria viabilizar o funcionamento dos diferentes colegiados e órgãos deliberativos, desde colegiados de cursos, passando pelos departamentos, unidades e conselhos, chegando até o Conselho Superior, como forma de viabilizar o respeito à democracia na instituição e de enfrentar os ataques do Governo Federal aos servidores públicos. Aliado a esse cenário, crescem as pressões dos diferentes governos e das grandes corporações educacionais para implementação de atividades remotas e da modalidade de ensino a distância nesse período. Esse debate precisa ser enfrentado pela instituição de forma ampla e democrática.

A APES aproveitou também o espaço para defender que a proposta de regulamentação do trabalho remoto, que foi apresentada preliminarmente ao Comitê Administrativo, possa ser discutida no CONSU. Expressou também preocupação com as trabalhadoras e os trabalhadores envolvidos na linha de frente ao combate da COVID-19 na instituição, com relação aos cuidados e a disponibilidade de equipamentos de proteção.

22/05 APES e Sintufefuf divulgam nota conjunta em que defendem a reabertura do Conselho Universitário da UFJF

APES e Sintufefuf conclamam a Comunidade Universitária e a Administração Superior da UFJF a retomar as reuniões ordinárias do Consu. Já completamos 65 dias sem atividade na instância máxima da instituição que é fundamental para o respeito da democracia interna.

Nesse momento de pandemia, que ameaça vida de trabalhadores e trabalhadoras no país, junto a uma crise econômica, social, política e institucional sem precedentes, as instituições públicas de ensino e pesquisa têm respondido com ações fundamentais de combate à COVID-19, cumprindo com o seu papel social.

Por outro lado, os servidores públicos e a universidade pública vem recebendo diversos ataques, como cortes salariais que pressionam os servidores para volta de suas atividades presenciais, ameaças de manutenção do congelamento salarial até 2021 por projeto de lei, pressões para adoção de ferramentas tecnológicas para continuidade das atividades de ensino em detrimento da qualidade e da inclusão social, em um contexto em que o isolamento social mais prolongado se impõe como única ação possível em defesa da vida, como resultado da política genocida do Governo Federal e diferentes governos estaduais e municipais.

Sendo assim, reforçamos a importância da retomada dos diferentes colegiados e conselhos da UFJF, para que seja possível responder democraticamente e a altura aos desafios que se apresentam no próximo período.

27/05 Nota de Esclarecimento Diretoria da APES

A Administração Superior da UFJF divulgou recente notícia em suas mídias e através do e-mail institucional, sobre a realização de *“um levantamento das condições de acesso à internet, aos recursos digitais e como é a experiência de seus estudantes, professores e técnico-administrativos em educação no uso das tecnologias da informação e comunicação”*.

A notícia afirmou que *“o formulário foi elaborado por uma comissão que consultou representantes dos três segmentos da instituição”*, residindo aí um equívoco, uma vez que a Apes, entidade representativa das docentes e dos docentes da UFJF, não participou em nenhum momento desta iniciativa.

Conforme notícia divulgada na sexta-feira, dia 22/05, a Apes só teve conhecimento dessa ação da Administração Superior em reunião com a Reitoria ocorrida no dia 20/05. Durante a reunião e conforme explicitado no Informe publicado pela entidade, *“expressamos nossa preocupação com a ação proposta pela Administração de realização da pesquisa nesse momento. Indicamos que os seus objetivos deveriam estar muito claros e, também, a preocupação com o possível conteúdo da mesma, que poderia induzir expectativas e disponibilizar instrumentos para implementação dos ataques previstos pelo Governo Federal. Portanto, tínhamos o entendimento que tal ação deveria ser precedida de ampla discussão na comunidade acadêmica”*. Frente a essa demanda, o Reitor Marcus David respondeu, conforme publicado no Informe, *“que não seria razoável levar o debate da realização da pesquisa para o conselho superior e que a responsabilidade pela elaboração e realização da mesma seria da Administração Superior, inclusive como forma de preservar a independência e autonomia das entidades”*.

Reafirmamos que a Apes não participou do planejamento, elaboração e realização da pesquisa. A realização da mesma é de responsabilidade da Administração Superior, contrariamente à posição defendida pela Apes de construção coletiva e democrática, através de amplo debate sobre a sua pertinência, necessidade e conteúdo.

28/05 APES Denuncia Ministério da Educação que enviou projeto de lei do Future-se ao Congresso Nacional em meio à pandemia

Foi encaminhado ao congresso nacional e informado no Diário Oficial da União no dia 27 de maio, quarta-feira, o projeto do Future-se. Com alterações no texto que a princípio não foram divulgadas, o projeto de lei é enviado ao Congresso Nacional em meio a um momento tenso na política nacional, que para além da pandemia conta também com uma forte crise política e institucional, além das tensões provocadas pela forte campanha para o adiamento do Enem.

Chegando ao Congresso Nacional, o texto passa por apreciação e mudanças por parte do conjunto dos deputados na câmara através das comissões especiais. Caso seja aprovado, o mesmo processo acontece no Senado Federal, que retorna o projeto à câmara dos deputados para aprovação e finalmente passa por sanção presidencial.

O projeto prevê uma flexibilização nas formas de captação de recursos nas universidades federais, retirando da União a responsabilidade pelo seu financiamento. Abrindo as portas para a iniciativa privada, que ganha poder de decisão dentro das instituições federais, o projeto interfere na autonomia interna e ameaça o caráter público, gratuito e democrático das universidades, além de interferir na qualidade do ensino e no serviço público.

O projeto, [já recusado pela UFJF](#) e pela maioria universidades federais em seus conselhos, foi alvo de grandes mobilizações na comunidade acadêmica no ano passado, quando primeiramente foi exposta para apreciação de reitores. O projeto faz parte dos [ataques às universidades públicas e ao serviço público](#), no qual se insere também a Medida Provisória 914, que muda as regras para escolhas de reitores em institutos e universidades federais, que deve caducar na próxima segunda-feira (1º de junho) sem passar por apreciação na câmara dos deputados.

“O Governo em plena pandemia, com agudização da crise econômica e política no país, avança com o seu projeto privatista e de destruição da educação, ciência e tecnologia. Uma resposta aos anseios da burguesia para ampliar a apropriação do fundo público e destruir o sistema de educação pública federal. Precisamos fazer a denuncia e nos mobilizar contra o Future-se”, disse Augusto Cerqueira da direção da Apes.

29/05 e 02/06 APES participa da reunião do Consu UFJF

Após APES e Sintufejuf se manifestarem sobre o retorno das reuniões do Conselho Superior da UFJF, acontece na manhã desta sexta-feira, 29 de maio, uma reunião para discutir a nova resolução da suspensão das atividades presenciais na universidade.

A reunião acontece por videoconferência e tem como pauta principal a apreciação da indicação do Comitê de Monitoramento para prorrogação, até 30/06/2020, da suspensão das atividades presenciais na UFJF

01/06 Reunião Virtual do Conselho de Representantes da APES

Os encaminhamentos da segunda reunião virtual do CR da APES foram: manutenção das atividades de comunicação no período; participação da construção da campanha Fora Bolsonaro em Juiz de Fora através de articulação nos fóruns populares da cidade; que a APES deve participar das comissões indicadas no Consu da UFJF defendendo as posições historicamente construídas pelo sindicato.

01/06 APES participa de reunião com entidades e movimentos sociais em Juiz de Fora

A APES foi convidada pela companheira Vic do PSTU e do companheiro Péricles da Liga Socialista para debater a situação das mobilizações na cidade e na tentativa de construção de um movimento pelo Fora Bolsonaro na cidade.

Na reunião, discutiu-se a conjuntura e a necessidade de criar um movimento amplo na cidade pelo Fora Bolsonaro. Também se discutiu o desenvolvimento de atos na cidade, sem que houvesse convergência de posições na reunião, a partir da chamada para o ato antifascista na cidade de Juiz de Fora, que iria ocorrer no dia 07/06.

Deliberou-se por conversar ampliar a chamada para outras entidades e grupos, incluindo a Frente Brasil Popular.

03/06 APES entra com ação jurídica contra IN 28 no IF Sudeste MG

A APES ajuizou na última segunda-feira, 01 de junho, uma ação civil com o objetivo de combater a Instrução Normativa número 28, considerando o âmbito do IF Sudeste MG, instituição em que os professores têm realizado suas atividades por meio de trabalho remoto.

Em março de 2020, com o objetivo de barrar o contágio do novo coronavírus, o Ministério da Economia editou a Instrução Normativa número 19, em que aqueles que fizessem parte do grupo de risco da doença, exercessem, obrigatoriamente, trabalho remoto, enquanto os demais servidores, teriam facultada essa nova modalidade de serviço.

Posterior à esta data, o mesmo Ministério editou um novo ato, a Instrução Normativa 28, em que retira grande parte dos direitos daqueles servidores que foram obrigados ou optaram pela realização do trabalho remoto. Dentre estes direitos estão: a proibição dos pagamentos de adicionais de hora extra, do auxílio transporte, do adicional noturno e dos adicionais ocupacionais de insalubridade, periculosidade, radiação ionizante e gratificação por atividades com Raio X ou substâncias radioativas, além do impedimento da reprogramação das férias que estavam previamente agendadas para esse período de isolamento social.

Segundo Leonardo de Castro, assessor jurídico da APES, “O que a gente visa com o processo é que sejam declaradas a inconstitucionalidade e ilegalidade dessas medidas

que estão sendo propostas pela Instrução Normativa 28". O processo foi ajuizado na última segunda-feira, dia 01 de junho, e está tramitando perante a quarta vara federal da subseção judiciária de Juiz de Fora, com pedido de tutela de urgência, fazendo com que seja apreciado nos próximos dias.

A ação segue orientação do ANDES – SN, que indica às suas seções sindicais que efetuem movimentações dessa natureza conforme a IN 28 seja implementada nas instituições de ensino pelo país. No dia 12 de maio, a APES entrou com ação no âmbito da UFJF. [Leia aqui.](#)

05/06 Consu da UFJF aprova comissões para planejamento de ações na pandemia *Minuta de trabalho remoto será discutida na próxima reunião*

Em reunião realizada nesta terça-feira, 2 de junho, o Conselho Superior da UFJF aprovou a criação de comissões para planejamento de ações para o funcionamento da instituição no contexto da pandemia. Além da criação das comissões, os conselheiros e conselheiras foram informados pelo reitor Marcus David de que uma Minuta sobre a regulamentação do trabalho remoto seria encaminhada para ser discutida na próxima reunião do Conselho Superior, marcada para o dia 22 de junho. A minuta pretende regulamentar o trabalho remoto de docentes e técnico-administrativos enquanto perdurar o estado de emergência e calamidade pública devido a pandemia. [Leia a minuta aqui.](#)

Comissões

As comissões criadas pelo Consu foram: Tecnologia de Informação; Infraestrutura e Saúde; Apoio Social e Inclusão Digital; Educação Superior; Educação Básica; e Condições de trabalho e gestão de pessoas – esta última proposta pelo SINTUFEJUF. As comissões de Tecnologia da Informação e de Infraestrutura e Saúde serão replicadas em Governador Valadares, as demais são comuns aos dois campi. Cada entidade da universidade terá dois representantes em cada comissão, exceto nas comissões de Tecnologia da Informação que não contará com representantes das entidades representativas.

Internamente, o debate foi feito no âmbito do Conselho de Representantes da APES. A entidade irá compor as comissões com conselheiros e conselheiras, companheiros e companheiras da base e com membros da diretoria. Segundo a presidente da APES, professora Marina Barbosa, “o esforço será o de defender os interesses, os direitos dos professores e professoras, e manter o papel social da universidade e qualidade do seu trabalho.” As comissões serão compostas até a próxima sexta-feira, 5 de junho.

Em relação a comissão de condições de trabalho e gestão de pessoas, segundo o coordenador do Sintufejuj, Flávio Sereno, a proposta tem por objetivo realizar um diagnóstico mais amplo e propor melhores soluções para as condições do trabalho remoto durante a suspensão das atividades presenciais na UFJF. Segundo Flávio Sereno, o Diagnóstico das Condições de Acesso Digital, que está sendo aplicado pela Administração Superior, “não abrange tudo que é necessário saber sobre as condições do trabalho remoto que já acontece desde março, como aspectos importantes relacionados a espaço físico, alteração de rotinas domésticas, de responsabilidades familiares, ergonomia, estrutura. Nós entendemos que esta comissão vai poder debater e diagnosticar estas questões”.

A presidente da APES, professora Marina Barbosa, afirmou a concordância da entidade com as ponderações do Sintufejuj quanto a questão do trabalho remoto; e afirmou que a APES participará das comissões, “com autonomia e posição para a construção de um caminho construído democraticamente na instituição, e que nos permita fortalecer o seu caráter público e o seu lugar social neste momento, e estrategicamente na sociedade juizforana e da região”.

Ao final da reunião, a professora Marina Barbosa Pinto, leu a [Nota cautelar sobre as desigualdades de gênero, sexualidade, raça e classe, necessárias que sejam observadas](#)

[para o diagnóstico das condições de acesso digital na UFJE](#), publicada no mesmo dia por diversas entidades, grupos de pesquisa, movimentos e coletivos.

06/06 APES participa de nova reunião com entidade e movimentos sociais em Juiz de Fora

A reunião foi realizada para avaliar a chamada do ato antifascista para o dia 07/06. Na reunião, foi informado que o ato havia sido desmarcado. Deliberou-se por tentar contato com os organizadores da chamada para o ato antifascista.

09/06 APES Participa de Reunião do Colégio de Dirigentes do IF Sudeste MG

O reitor do IF Sudeste MF levou a demanda do fórum intersindical, de debater a portaria de regulamentação do trabalho remoto na instituição no conselho superior, para a reunião do Colégio de Dirigentes. Na reunião as entidades reforçaram a solicitação de que o CONSU seria o local adequado para que fosse estabelecida a normatização do trabalho remoto na instituição, preservando a legalidade e os aspectos democráticos da instituição.

09/06 APES participa de reunião da Frente Brasil Popular

A Frente Brasil Popular convidou a APES para participar da reunião da FBP para apresentar a proposta de um plano emergencial de combate a COVID-19. A reunião se concentrou na apresentação desse plano, no âmbito local, que tem sido feito pela FBP e pela Frente Povo sem Medo. Tal plena seria enviada para entidades e movimentos sociais de Juiz de Fora para contribuição, visando a assinatura conjunta para o documento fosse entregue para prefeitura e câmara municipal de Juiz de Fora.

10/06 Reunião Virtual do Conselho de Representantes da APES

Os encaminhamentos foram : estar presentes nos fóruns e espaços que estão sendo construídos, buscando a maior unificação entre eles, desde que suas ações e propostas não conflitem com as posições e práticas do sindicato.; não participar e não convocar a categoria para o atos de rua, mas se houver demanda de apoio financeiro deverá contribuir; elaborar nota de esclarecimento sobre o Banner ser do sindicato e dar ampla divulgação nas redes.

10/06 Reunião virtual com Membros das Comissões e o Conselho de Representantes

Na reunião foram estabelecidos os princípios balizadores que orientarão o trabalho nas comissões:

- 1) Defesa da vida;
- 2) Defesa do trabalho e da preservação da força de trabalho;
- 3) Defesa da igualdade de condições para o acesso e permanência na educação básica e superior;
- 4) Preservar a qualidade pedagógica e científica na formação de estudantes da educação básica, da graduação e da pós-graduação;
- 5) Garantir a construção coletiva e democrática dos processos de debate e de decisão.

10/06 APES publica Nota de repúdio contra MP 979/2020 que trata da designação de reitores

A diretoria da APES repudia veementemente a publicação da Medida Provisória 979, de 9 de junho de 2020, do governo Bolsonaro, que prevê a designação de dirigentes **pro tempore** para as instituições federais de ensino enquanto durar a pandemia.

A ação é mais uma das estratégias desse governo de ferir as decisões autônomas das comunidades nos seus processos de escolha de dirigentes. Ação deliberada do governo já havia sido sinalizada na Medida Provisória 914/2019 que expirou nesta terça-feira, dia 2 de junho de 2020. Tais iniciativas atacam os princípios democráticos, caros a sociedade brasileira.

Isto reforça a posição do governo em interferir na autonomia das instituições, além de prover cargos para os seus seguidores, sob o pretexto de organizar as instituições na duração da pandemia. A tática é a permanente guerra ideológica contra a liberdade de ensinar e aprender, e contra a autonomia da comunidade acadêmica nas Ifes. Delineando mais uma vez o caráter anticientífico e autoritário do governo Bolsonaro.

[Leia aqui também a NOTA DA DIRETORIA DO ANDES-SN DE REPÚDIO A MP 979/2020 QUE TRATA DA INDICAÇÃO DE REITORE\(A\)S](#)

11/06 APES participa de reunião do Campo Popular

Reunião agendada para discutir a organização de ato antifascista em Juiz de Fora, para o dia 14/06, junto aos organizadores do ato inicial do dia 07/06.

Na reunião, tivemos a participação do grupo que chamou o ato dia 07/06. Na reunião ficou fechada a localização e trajeto do ato que seria realizado no dia 14/06, seguindo todas as normas sanitárias e proteção individual para os presentes ao ato. A APES informou que não havia acordo em chamar a base para o ato, já que não tínhamos deliberação de base, mas que poderia ajudar no que for necessário para organização do mesmo.

11/06 Nota de Esclarecimento sobre a manifestação LUTO POR VIDA

A APES – Associação dos Professores de Ensino Superior constitui-se como sociedade sem fins lucrativos, de natureza civil, autônoma e com personalidade jurídica. O banner exposto na fachada da sede, localizada no interior do campus da UFJF, compõe-se de manifestação em repúdio aos projetos do governo de desmonte dos serviços públicos, aos ataques aos servidores, de “luto simbólico” pelos milhares de mortos recentes por Covid-19 e em defesa das vidas negras.

Ademais, o STF, em sessão do dia 14/05/2020, reafirmou o direito constitucional à livre manifestação de ideias em universidades, não cabendo, portanto, questionamentos quanto à legalidade da manifestação. Salientamos, também, que a administração da UFJF não teve nenhum envolvimento com a ação, uma vez que APES preza pela sua autonomia e independência, seguindo os princípios fundamentais que devem nortear as ações das entidades representativas dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Finalmente, a direção da APES repudia veementemente as mentiras propagadas nas mídias sociais sobre a manifestação, demonstrando a importância e a necessidade da intensificação da luta contra o racismo e o fascismo na sociedade.

#BastaBolsonaroMourao

#Bastadesuaspoliticagenocidas

#épelavida

#avidaacimadolucro

#fortaleceroSUSoSUAS

#DevolveMP979

#emDefesaDosServiçosPublicos

16/06 APES participa de reunião do Campo Popular

Reunião de avaliação do ato do dia 14/06 e de preparação para nova atividade na cidade.

17/06 ANDES denuncia Movimento Direita Minas que tentou censurar placa da ApesJF na UFJF

Por ANDES

Uma placa da Associação de Professores da Universidade Federal de Juiz de Fora – Seção Sindical do ANDES-SN (ApesJF SSind) está sendo questionada pelo movimento Direita Minas. O banner com os dizeres “Luto por vida”, “#BastaBolsonaro” e “Vidas importam!” está fixado em frente à sede da entidade, localizada dentro do campus da UFJF.

Em uma carta à reitoria, a representante do movimento em Juiz de Fora, Roberta Lopes, solicita a retirada da placa e afirma que “a placa tem intensificado a escalada de confrontos entre grupos políticos adeptos de correntes político-partidárias divergentes, dentro e fora no ambiente universitário, inclusive nas redes sociais.”

Contradizendo a solicitação de censura à placa que se posiciona a favor das vidas, o movimento afirma ainda que “Espera-se de uma Associação tão relevante como a APESJF uma posição de vanguarda na luta contra a propagação do Coronavírus e também contra o aumento do número de óbitos, e não o acirramento dos ânimos no conturbado contexto político-partidário”.

O documento pede “a implementação dos atos necessários para a retirada da placa fixada pela APESJF”. A tentativa de censura, além de encaminhada à administração da UFJF, foi protocolada no Ministério da Educação. Em suas redes sociais, Roberta Lopes, além de coordenadora do Movimento Direita Minas Juiz de Fora, se identifica também como Coordenadora do Mães pelo Escola Sem Partido MG, conservadora, anti-feminista, cristã e armamentista.

Questionada pelo jornal Tribuna de Minas, a reitoria da UFJF reafirmou que o espaço onde se encontra o banner é gerido pela ApesJF SSind.

Em nota de esclarecimento, a Seção Sindical do ANDES-SN afirma que “o banner exposto na fachada da sede, localizada no interior do campus da UFJF, compõe-se de manifestação em repúdio aos projetos do governo de desmonte dos serviços públicos, aos ataques aos servidores, de “luto simbólico” pelos milhares de mortos recentes por Covid-19 e em defesa das vidas negras”.

A ApesJF SSind lembra ainda que, no último dia 14 de maio, [o Supremo Tribunal Federal reafirmou o direito constitucional à livre manifestação de ideias em universidades](#), não cabendo, portanto, questionamentos quanto à legalidade da manifestação.

A diretoria da Seção Sindical “repudia veementemente as mentiras propagadas nas mídias sociais sobre a manifestação, demonstrando a importância e a necessidade da intensificação da luta contra o racismo e o fascismo na sociedade”.

18/06 APES, DCE e Sintufefuf solicitam ampliação do prazo para o debate da regulamentação do trabalho remoto na UFJF

1. Considerando que a UFJF terminou no dia 14 de junho, diagnóstico de acesso digital na instituição, visando “que a instituição possa conhecer e, posteriormente, debater sobre as possibilidades de implementação ou não de atividades à distância”.
2. Considerando que os resultados deste diagnóstico ainda não foram divulgados à comunidade acadêmica.

3. Considerando que o Conselho Superior criou, em reunião no último dia 02 de junho, seis comissões visando trabalhar o planejamento de ações da UFJF no contexto da pandemia.
4. Considerando que uma destas comissões, a de Condições de Trabalho e Gestão de Pessoas” tem como objetivo diagnosticar e propor soluções para questões relativas às condições de trabalho no home office durante a suspensão das atividades presenciais não essenciais ou estratégicas”.
5. Considerando que esta referida comissão será instalada amanhã, dia 18 de junho, e tem prazo estipulado até 31 de julho.
6. Considerando o pouco tempo que as unidades acadêmicas e administrativas, bem como as entidades representativas dos três segmentos (estudantes, TAEs e docentes) tiveram para debater a minuta proposta pela administração da UFJF.

Solicitamos que o período de debates e aprovação da resolução de regulamentação do trabalho remoto seja até a primeira semana de agosto.

Certos da compreensão do CONSU e da reitoria, e do apreço pelo debate democrático em nossa instituição, subscrevemos.

APES, DCE e SINTUFEJUF.

18/06 APES envia contribuições para regulamentação do trabalho remoto na UFJF

A APES enviou nesta quarta-feira, 17 de junho, suas considerações sobre a Minuta de organização do trabalho remoto na UFJF, para a Secretaria Geral da universidade.

O documento enviado pela APES destaca que a elaboração de documentos que modificam o trabalho em uma conjuntura tão difícil, deve ser feita de forma cuidadosa e democrática e, por isso, precisa de um prazo maior para o debate amplo pela comunidade universitária.

A APES também destacou que a minuta se concentra em aspectos de controle e avaliação, aumentando os encargos de chefias e modificando profundamente a dinâmica de trabalho. Também como aspectos gerais, a APES entende a necessidade de tratar das especificidades do trabalho de TAE e de docentes, bem como das condições de trabalho em Governador Valadares.

Leia aqui todas as [Considerações da APES sobre a minuta de organização do trabalho remoto](#)

18/06 Reunião Extraordinária do Conselho de Representantes da APES

Reunião convocada para deliberar sobre a continuidade da participação da APES nas comissões da UFJF, após o início do trabalho das mesmas e dos problemas enfrentados pela comissão acadêmica de ensino superior. Na reunião, deliberou-se pela permanência da APES na comissões, avaliando de forma próxima e continua o processo.

23/06 Reunião com membros das Comissões da UFJF

23/06 APES participa de reunião do Campo Popular

Reunião para organização de carreata Fora Bolsonaro no domingo dia 28/06. Na reunião foi deliberada a realização de uma carreata pelo Fora Bolsonaro a ser realizada no domingo dia 28/06. Novamente a APES disse não haver possibilidade de convocação da categoria, mas que entendia a iniciativa como positiva.

23/06 Associação Brasileira de Juristas pela Democracia publica nota de apoio a APES

Nota – ABJD-MG apoia Sindicato de professores da UFJF e repudia censura

A Associação Brasileira de Juristas pela Democracia – Núcleo Minas Gerais (ABJD – MG), organização não governamental de caráter nacional, constituída por profissionais do campo jurídico, comprometidos (as) com a defesa do Estado Democrático de Direito, vem a público expressar apoio à Associação de Professores da Universidade Federal de Juiz de Fora – Seção Sindical do ANDES-SN (ApesJF SSind), em razão de investidas voltadas à censura de banner exposto na fachada da sede do sindicato, localizada no interior do campus da UFJF, por meio do qual, em exercício legítimo dos direitos de liberdade de associação e de manifestação do pensamento, externou luto simbólico pelas vítimas da COVID-19, pelas vidas negras, e repúdio a projetos do governo de desmonte dos serviços públicos e aos ataques a servidores.

O fato de a manifestação ocorrer no interior do campus de uma universidade pública foi mobilizado para justificar investidas de censura junto ao Ministério da Educação e para propagar agendas de criminalização de movimento sindical e de controle ideológico das universidades públicas.

É importante reafirmar nesse contexto de escalada autoritária que manifestações políticas, inclusive de caráter político-partidário, realizadas nas universidades encontram-se, tal como reconhecido na ADPF 548, pelo STF, amparadas pelas liberdades democráticas e pela autonomia universitária. A liberdade de expressão de docentes, seja na dimensão individual, seja na coletiva, por meio de entidade representativa, como no caso da ApesJF; bem como a de estudantes, de técnico-administrativos em educação, nos ambientes escolares, acadêmicos, não se submete, também de acordo com essa decisão do STF, à perspectiva de controle e de fiscalização por agentes estatais. Não significa dizer, com isso, que essas liberdades sejam absolutas. A liberdade de manifestação de pensamento não abarca discursos de ódio, nem apologias a regimes antidemocráticos com ela incompatíveis.

Investidas de amordaçamento da categoria docente e de seu respectivo sindicato no ambiente universitário apenas reforçam a necessidade da tarefa permanente da memória de um passado recente autoritário e da luta no presente contra o fascismo, ambas partilhadas pela ABJD.

24/06 SindUte/JF, SINPRO/JF, SINTUFEJUF e Contee publicam moção de apoio a APES

O SindUte/JF – Sindicato único dos Trabalhadores em Educação do estado de Minas Gerais – Subsede JF, o SINPRO/JF – Sindicato dos Professores da rede municipal e rede privada de ensino de JF, o SINTUFEJUF – Sindicato dos Trabalhadores e Técnicos Administrativos da UFJF, a Contee – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino tornam público seu total apoio a APES diante do ataque sofrido por setores da ultradireita da nossa cidade.

O mundo está vivenciando um dos momentos mais trágicos da sua história. Passados poucos meses do início da pandemia mundial provocada por um novo Coronavírus o planeta já contabiliza milhares de mortes e milhões de contaminados. Especialistas afirmam que a essa pandemia pode perdurar ainda por muitos meses aumentando, exponencialmente, esses números.

A última crise cíclica do capitalismo iniciada em 2008, que já atingia a classe trabalhadora com um enorme aumento do desemprego e da desigualdade social, se aprofunda com a pandemia e a perspectivas são de uma verdadeira tragédia para os trabalhadores nos próximos anos.

Em nosso país essa crise econômica se combina com uma crise política que torna a situação ainda mais grave. O Brasil já alcança a trágica marca de mais de 1 milhão de infectados e mais 50 mil mortos. Esse é o resultado da política genocida do governo Bolsonaro. E tudo indica que esse quadro vai piorar, pois a política desse governo é

acabar de vez com o isolamento social, que já era limitado e insuficiente, no momento em que cresce o número de casos do novo coronavírus. Na verdade, nunca houve de fato uma quarentena no Brasil. Milhões de trabalhadores de serviços não essenciais foram obrigados a permanecer trabalhando. Outros milhões de pessoas que vivem do trabalho informal se viram obrigados a continuar saindo às ruas pra tentar botar comida na mesa.

Em vários estados o sistema de saúde entrou em colapso. Faltam hospitais, leitos de UTI, profissionais da saúde, remédios, respiradores. Falta até mesmo um ministro da Saúde. Não é por acaso que o Brasil é o recordista de óbitos de profissionais da saúde pelo novo coronavírus. O fato é que essa situação ocorre, pois o sistema está em colapso mesmo antes da pandemia por conta da política dos governos.

O negacionismo do presidente Bolsonaro não tem limites, a ponto deste incitar sua base extremista a invadir hospitais para “flagrar leitos vazios”. Um escárnio diante da tragédia que se abate sobre milhares de pessoas e trabalhadores da saúde que travam uma verdadeira guerra pela vida.

Ao mesmo tempo em que despreza a vida, este governo de ultradireita segue ainda com sua política entreguista e absolutamente subalterna ao imperialismo norte-americano e às multinacionais contra a soberania do país.

É diante desse cenário devastador que vimos, com muita indignação, a APES ser questionada por setores de ultradireita por ter tomado a iniciativa de fazer um protesto, em sua sede, localizada no interior do campus da UFJF. Sentimos-nos representados pelo ato que simboliza um luto pelas milhares de vidas perdidas para o Covid-19 e que faz defesa das vidas negras e do serviço e servidores públicos.

Uma simbologia e uma defesa mais do que pertinentes. Está muito evidente a toda a população, nessa pandemia, a importância do serviço público e dos servidores. O papel exercido pelos SUS, a despeito de todo o desmonte provocado pelos governos, tem sido fundamental para o atendimento aos acometidos pelo vírus e para salvar vidas. As pesquisas elaboradas pelas Universidades públicas, antes e durante a pandemia, a parceria das universidades com os entes públicos na realização de inúmeras ações, tem sido de extrema importância no combate à pandemia. E isso, num contexto de ataques sem precedentes às Universidades públicas, à educação pública e aos servidores.

Um dos papéis fundamentais da Universidade Pública e de seus professores é o de estimular o livre pensamento e a livre reflexão acerca de tudo o que envolve a vida humana nas suas mais complexas relações com a natureza, com a construção do conhecimento em todas as áreas e com os fatos históricos realizados pelos homens e mulheres ao longo da história da humanidade. Não poderia ser diferente nesse momento tão trágico.

24/06 Reunião do Conselho de Representantes da APES

Em relação a conjuntura mais geral, deliberou-se por: a Apes deve seguir realizando as ações de comunicação nos termos que vem fazendo; os representantes devem atuar, na medida do possível, para divulgação das ações da APES; nos manter presentes nos fóruns e espaços que estão sendo construídos na cidade, buscando a maior unificação entre eles, desde que suas ações e propostas não conflitem com as posições e práticas do sindicato.

Em relação às comissões da UFJF, a participação deve continuar a ser avaliada atentamente e seguir os elementos norteadores do trabalho construídos na primeira reunião.

Sobre a situação do IF Sudeste MG, deliberou-se por realizar uma reunião ampliada da intersindical para discutir a Portaria 237 de regulamentação do trabalho remoto e o Projeto Reencontro.

25/06 APES Assina Plataforma Regional de Emergência de Juiz de Fora e Região

A partir da iniciativa da Frente Brasil Popular, foi elaborada uma plataforma emergencial de combate a COVID-19 para Juiz de Fora e região. A APES foi parte integrante do processo de construção, junto com mais de 60 entidades e movimentos sociais da cidade.

28/06, Dia do Orgulho LGBTQIA+

Marcando o 28 de junho, Dia do Orgulho LGBTQIA+, a APES publica duas entrevistas. Uma com a professora Caroline Lima, Secretária do ANDES-SN, da Coordenação do GT PCEGDS, Docente da UNEB, e outra com o professor Marco José de Oliveira Duarte, coordenador do Centro de Referência LGBTQIA+ da Faculdade de Serviço Social da UFJF. Leia as entrevistas [aqui](#).

30/06 APES Participa da Reunião do CONSU da UFJF

02/07 Reunião Ampliada do Fórum Intersidical

Reunião importante que protagonizou um espaço de discussão no IF Sudeste MG, com a participação simultânea de ao menos 70 servidores. Na pauta a portaria 237, que estabeleceu o regime de trabalho remoto no IF Sudeste MG, durante a pandemia da COVID-19 e o Projeto Reencontro, que planeja a retomada das atividades de ensino. Deliberou-se de forma consensual por: fortalecer a posição de discussão da portaria de trabalho remoto ser lavada a apreciação do conselho superior; e, também, por solicitar a participação das entidades nas comissões que foram criadas para debater o projeto reencontro.

03/07 APES participa de reunião do Campo Popular

Reunião de avaliação da carreta do dia 28/06. No geral, a avaliação a carreta foi positiva, mas mostrou as limitações desse tipo de ação junto ao campo popular. Conjuntamente, já se percebia uma queda nas mobilizações em todo o Brasil.

06/07 Apes participa da Reunião do CONSU da UFJF

08/07 Reunião do Conselho de Representantes da APES

Nesta reunião foram debatidos os seguintes temas: demanda enviada pelo Diretor de Governador Valadares para que a Apes apresente de nomes de professores e professoras para compor a comissão eleitoral para a direção do Campus; realização de CONAD Extraordinário / Processo Eleitoral do Andes Sindicato Nacional; processo eleitoral da Apes Seção Sindical - Publicação deve ser feita em 13 de agosto, visto que o mandato termina em 28 de setembro.

Deliberou-se pela realização de assembleia virtual da APES no dia 23/07 para deliberar sobre a participação da APES no CONAD extraordinário; montou-se uma comissão no CR para avaliar a situação da direção da APES; e por avaliar junto ao fórum das entidades sobre a demanda da direção de GV.

09/07 – Apes participa de reunião do Conselho Superior do IF Sudeste MG

O conselho superior se reuniu no dia 09 de julho para tratar de alguns assuntos, em especial:

- Processo de escolha de representantes do Consu (para deliberar),
 - Regime especial de inverno (REI),
- Deliberou-se por eleições on line para eleição dos representantes do Consu. Sobre o REI, discutiu-se sobre sua resolução e implantação.

10/07 APES divulga relato sobre as comissões da UFJF para organizar o trabalho na instituição

O Conselho Superior da UFJF decidiu debater e planejar o retorno das atividades na instituição, levando em consideração os desafios que a pandemia do coronavírus impõe à sociedade. A formação de comissões foi o primeiro passo do retorno às atividades, e o papel e a composição das comissões foram definidos em reunião do Consu realizada no dia 2 de junho, quando a Administração Superior encaminhou para apreciação dos conselheiros e conselheiras uma Minuta sobre regulamentação do trabalho remoto na UFJF.

As comissões criadas pelo Consu foram: Tecnologia de Informação; Infraestrutura e Saúde; Apoio Social e Inclusão Digital; Educação Superior; Educação Básica; e Condições de trabalho e gestão de pessoas – esta última proposta pelo SINTUFEJUF. As comissões de Tecnologia da Informação e de Infraestrutura e Saúde serão replicadas em Governador Valadares, as demais são comuns aos dois campi. Cada entidade da universidade conta com dois representantes em cada comissão, exceto nas comissões de Tecnologia da Informação, que não contará com representantes das entidades representativas.

No âmbito da APES, o debate foi feito no Conselho de Representantes. Assim, a entidade compôs as comissões com conselheiros e conselheiras, companheiros e companheiras da base e com membros da diretoria. Segundo a presidente da APES, professora Marina Barbosa, “o esforço será o de defender os interesses, os direitos dos professores e professoras, e manter o papel social da universidade e qualidade do seu trabalho”.

No intuito de conferir transparência ao trabalho da APES nas comissões e compartilhar os desafios e resoluções com a base, trazemos neste informativo um breve relato das primeiras reuniões, principais encaminhamentos e avaliação da representação da APES em cada uma das comissões. Fica evidente, pelo relato de cada frente de trabalho, que os desafios para um retorno ao trabalho de forma segura e viável exigirá diagnósticos precisos, atenção às especificidades de cada setor da educação e de cada campus da UFJF, e transformações tanto na infraestrutura quanto na dinâmica de trabalho. O papel da APES, neste sentido, é o de garantir que o retorno das atividades pela UFJF resguarde a função social da universidade, a universalidade da educação enquanto direito de todos e todas, e condições de trabalho adequadas para a categoria docente neste momento de mudanças profundas.

Acesso e relato na íntegra [aqui](#).

10/07 CONSU da UFJF aprova resoluções para atividades de graduação, extensão e pós-graduação na UFJF

Em reuniões realizadas por videoconferência nos dias 3 e 6 de junho, o Conselho Superior da UFJF aprovou propostas enviadas pelos conselhos de Graduação (CONGRAD), de Extensão (CONEX) e de Pós-Graduação (CSPP), que regulamentam as atividades nesses três âmbitos durante o período de emergência colocado pela pandemia do coronavírus.

Acesse [aqui](#) o Informapes especial.

15/07 Reunião das Entidades da UFJF com a Direção Geral de GV

As entidades se reuniram com a direção geral do campus da UFJF de Governador Valadares para dialogar sobre a situação do mandato da direção geral que finaliza no dia 31 de agosto.

20/07 Reunião membros das Comissões da UFJF